

# Superior Tribunal de Justiça

## AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.396.209 - SP (2018/0295477-0)

AGRAVANTE : MUNICIPIO DE CARAPICUIBA  
ADVOGADO : DONATO DE SOUZA MARTINS E OUTRO(S) - SP103727  
AGRAVADO : JUCINEIDE CABRAL LIMA  
ADVOGADO : KELLI CRISTINA SIMÕES E OUTRO(S) - SP168362

### DECISÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAPICUIBA ajuizou ação contra Jacineide Cabral Lima, objetivando tutela jurisdicional no sentido de demolir e remover a edificação erigida pela ré às margens de um córrego, em área *non aedificanti*, considerada de preservação permanente, sem licença do Município.

O Tribunal de Justiça Estadual negou provimento ao recurso de apelação da municipalidade, mantendo inalterada a decisão monocrática de improcedência da ação (fls. 291-295), nos termos da seguinte ementa (fl. 326):

ACÇÃO DEMOLITÓRIA. Falta de licença para execução de obras; construção às margens de um córrego, sem autorização do órgão competente. Não observada a distância regulamentar de um córrego, como constatado pela perícia.

Construção com mais de dez anos, não situada em área de risco. Existência de outros imóveis na mesma situação, que foram regularizados perante o município. Demolição em descompasso com o princípio da razoabilidade. Demanda improcedente. Honorários advocatícios não majorados, em razão do recurso, conforme orientação do Superior Tribunal de Justiça, pela aplicação, nessa matéria, da lei processual em vigor ao tempo da sentença. Recurso não provido.

Opostos embargos declaratórios, foram eles acolhidos sem efeito modificativo (fls.342-345).

Município de Carapicuíba interpôs recurso especial, fundamentado no artigo 105, inciso III, alíneas *a* e *c*, da Constituição da República, no qual aponta violação, pelo aresto vergastado, do art. 4º. I, *b*, da Lei n. 12.651/2012, porquanto, em síntese, da impossibilidade de se permitir edificação em local de preservação permanente, mormente por se tratar de área pública de bem comum do povo.

Aponta, ainda, dissídio jurisprudencial entre o acórdão recorrido e julgado do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia relacionada à questão.

Não foram ofertadas contrarrazões e o recurso especial teve o seguimento negado pelo Tribunal *a quo* (fls. 392-393), tendo sido interposto o presente agravo.

# Superior Tribunal de Justiça

É o relatório. Decido.

Considerando que o agravante impugnou a fundamentação apresentada na decisão agravada, e atendidos os demais pressupostos de admissibilidade do agravo, passo ao exame dos recursos especiais.

Com relação à alegação de violação do art. 4º. I, *b*, da Lei n. 12.651/12, o Tribunal *a quo*, na fundamentação do *decisum*, assim firmou entendimento (fls. 327-328):

[...]

Trata-se de demanda proposta pelo Município de Carapicuíba, em abril de 2008, ao fundamento de que a construção do tipo residencial foi erigida sem a licença municipal, prevista nos artigos 330 e 331 da Lei Municipal nº 680/1983, não tendo sido atendida a notificação datada de 30-10-2007, para demolir e remover a construção, por ter construído às margens do córrego sem autorização do órgão competente, circunstância que permite a demolição, nos termos do artigo 76, IV, da Lei Municipal nº 2107/1999 (fls. 3/4 e 6).

[...]

O perito concluiu que a residência fora edificada em área de propriedade pública, bem como se encontra 11,10 metros distante do córrego existente nos fundos da residência, dentro da área de preservação permanente (APP), informando que o Código Florestal estabelece a distância de trinta metros; a requerida estabeleceu domicílio no local, identificado como Avenida Brasil, 209, COHAB II, no ano de 2003 e veio sendo ampliada até 2012, quando fora construído o pavimento superior, sendo que a benfeitoria realizada encontra-se dentro dos 30m da faixa marginal determinada no Código Florestal Brasileiro (fls. 244/264).

Apesar de não ser negada a desobediência de parte da construção, cerca de trinta metros quadrados, com respeito à necessária distância de um córrego que passa nos fundos do imóvel, não se pode deixar de ponderar que a construção tem mais de dez anos, não constatado tratar-se de área de risco, como mencionado pela sentença.

[...]

Todavia, o mais importante para a solução da controvérsia é que o pedido de demolição não tem como fundamento se tratar de área pública, mas na falta de licença municipal.

Ora, somente a falta de licença da edificação não serve de fundamento à pretensão demolitória, ainda que a lei municipal contemple tal possibilidade, como já decidido por esta Câmara, em hipótese semelhante, na apelação no 994.09.243.038-0, do mesmo Município de Carapicuíba, tudo indicando se tratar da mesma área.

[...]

Em suma, a demolição está em descompasso com o princípio da razoabilidade.

[...]

Consoante se verifica dos excertos acima colacionados, o aresto vergastado está fundado na análise e interpretação de direito local (Lei Municipal n. 680/1983 e n. 2107/1999), restando evidente que eventual

# *Superior Tribunal de Justiça*

violação do dispositivo federal citado, se houve, ocorreu de forma indireta ou reflexa, não justificando a interposição de recurso especial nesse caso.

Na hipótese em questão, o exame de suposta afronta ao art. 4º. I, *b*, da Lei n. 12.651/12 exigiria, necessariamente, a apreciação e a interpretação da legislação municipal, procedimento incompatível com a estreita via do apelo excepcional por óbice da Súmula n. 280/STF.

Nessa linha, os seguintes julgados:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 3/STJ. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DA DECISÃO DE INADMISSIBILIDADE. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. É entendimento consolidado no âmbito do STJ segundo o qual a Corte a quo não usurpa competência desse Tribunal ao adentrar no mérito do recurso especial ainda no juízo prévio de admissibilidade, por constituir atribuição do Tribunal examinar os pressupostos específicos e constitucionais relacionados ao mérito da controvérsia. Precedentes.

2. Caberia ao agravante demonstrar o desacerto da decisão agravada, ou seja, a desnecessidade de revolvimento de matéria fático-probatória (Súmula n. 7/STJ) e de análise de direito local (Súmula n. 280/STF) e a efetiva realização de cotejo analítico quanto à alínea "c", o que não ocorreu in casu. Ausência de impugnação específica. Precedentes.

3. Agravo interno não provido (AgInt no AREsp 1490466 / SP, Relator Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, Julgamento em 27/08/2019, DJe 30/08/2019).

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. JORNADA DE TRABALHO. LCE 155/2010. INTERPRETAÇÃO DE LEGISLAÇÃO LOCAL. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 280/STF.

1. O acolhimento das proposições recursais, em detrimento da conclusão do Tribunal de origem - feita com base na interpretação do direito local (Lei Compelmentar estadual nº 155/2010) -, é vedado a este Superior Tribunal de Justiça, em decorrência da aplicação do disposto na Súmula 280/STF: "por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário".

2. O Tribunal a quo não destoou da orientação desta Corte de Justiça ao afirmar que, quando se "discute o ato omissivo continuado da Administração Pública, como o não reajustamento de vantagem pecuniária em razão do aumento da carga horária diária, a relação é de trato sucessivo e o prazo prescricional para interpor ação renova-se mês a mês". Precedentes.

3. Agravo interno não provido AgInt no AREsp 1352353 / PE, Relator Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, Julgamento em 13/12/2018, DJe 19/12/2018).

Nesse passo, o óbice do enunciado da Súmula n. 280/STF também impossibilita a análise do dissídio jurisprudencial suscitado.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, *a*, do RI/STJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 05 de setembro de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO  
Relator

